



Instruções para formulário W-8BEN

(Rev. julho de 2017)

Certificado de status estrangeiro do usufrutuário para retenção e declaração de impostos nos Estados Unidos (pessoas físicas)

As referências de seção são para o código de receita interna, salvo indicação em contrário.

Desenvolvimentos futuros

Para obter as informações mais recentes sobre os desenvolvimentos do formulário W-8BEN e suas instruções, como a legislação promulgada após elas terem sido publicadas, acesse www.irs.gov/formw8ben.

O que há de novo

Algumas mudanças foram efetuadas no formulário W-8BEN para ajustá-lo ao formulário W-8BEN-E. Uma observação sobre troca recíproca foi adicionada antes da parte I. A parte II, linha 10, foi atualizada para se adequar ao formulário W-8BEN-E, e o primeiro item da parte III foi revisado para oferecer mais clareza. Essas instruções foram atualizadas para se adequarem aos regulamentos temporários e definitivos dos capítulos 3 e 4 publicados em janeiro de 2017. Essas instruções incluem informações adicionais sobre quando um TIN de estrangeiro e data de nascimento precisam ser incluídos no formulário W-8BEN. As instruções incluem também informações sobre o uso de assinaturas eletrônicas.

Mais informações. Para obter mais informações sobre FATCA, acesse IRS.gov/FATCA.

Instruções gerais

Para definições e termos usados ao longo destas instruções, consulte *Definições*, adiante.

Propósito do formulário

Estabelecimento de status para fins do capítulo 3.

Pessoas físicas estrangeiras são sujeitas a taxa de 30% da renda que recebem de fontes nos EUA que consistam de:

- Juros (incluindo certos descontos de emissão original (OID));
- Dividendos;
- Aluguéis;
- Royalties;
- Prêmios;
- Anuidades;
- Compensação por, ou na expectativa de serviços efetuados;
- Pagamentos substitutos em uma transação de empréstimo de valores mobiliários;
- ou
- Outros ganhos, lucros ou receitas fixos ou determináveis anuais ou periódicos.

Este imposto é aplicado ao valor bruto pago e geralmente é coletado por retenção de acordo com a seção 1441. Considera-se que um pagamento tenha sido feito se tiver sido feito diretamente ao usufrutuário ou a outra pessoa, como um agente intermediário, ou associação, em nome do usufrutuário.

Ademais, a seção 1446 exige que uma associação conduzindo um comércio ou negócio nos Estados Unidos retenha impostos na parte distributiva estrangeira da receita tributável eficazmente ligada da associação. Geralmente, uma pessoa estrangeira que é sócia em um associação que envia um formulário W-8BEN para fins da seção 1441 ou 1442 irá satisfazer as exigências de documentação de acordo com a seção 1446 também. Entretanto, em alguns casos, as exigências de documentação das seções 1441 e 1442 não correspondem às exigências de documentação da seção 1446. Consulte as seções 1.1446-1 a 1.1446-6 de Regulamentos.

Observação. O proprietário de uma pessoa jurídica não qualificada (incluindo uma pessoa física), e não a pessoa jurídica não qualificada em si, deve enviar o formulário W-8BEN adequado para fins da seção 1446.

Se receber certos tipos de renda, você deve fornecer o formulário W-8BEN para:

- Estabelecer que você não é uma pessoa dos EUA;
- Reivindicar que você é o usufrutuário da renda para a qual o formulário W-8BEN foi fornecido ou um sócio estrangeiro em uma associação sujeita à seção 1446, e
- Se aplicável, reivindicar uma taxa reduzida ou isenção de retenção como residente de um país estrangeiro com o qual os Estados Unidos tenham um tratado de imposto de renda e que seja elegível para benefícios de tratado.

Também pode ser exigido que você envie o formulário W-8BEN para reivindicar uma exceção de relatar informações domésticas e retenção de segurança (com a taxa de retenção de segurança de acordo com a seção 3406) para certos tipos de renda que não sejam sujeitas a retenção de pessoa estrangeira com uma taxa de 30% de acordo com a seção 1441. Tal receita inclui:

- Procedimentos de despachante;
- OID de curto prazo (183 dias ou menos);
- Juros de depósito bancário;
- Juros, dividendos, aluguéis ou Royalties de fonte estrangeira;
- e
- Produtos de uma aposta feita por uma pessoa física estrangeira não residente nos jogos de vinte e um, bacará, dados, roleta ou roda da fortuna.

Um agente de retenção ou contribuinte da renda pode usar um formulário W-8BEN adequadamente preenchido para tratar de um pagamento associado com o formulário

W-8BEN como pagamento a uma pessoa estrangeira que tenha propriedade beneficiária dos valores pagos. Se aplicável, o agente de retenção pode usar o formulário W-8BEN para aplicar uma tarifa reduzida ou isenta de retenção na fonte.

Fornecer formulário W-8BEN para o agente de retenção ou contribuinte antes de a renda ser paga ou creditada a você. O não fornecimento de um formulário W-8BEN quando solicitado pode levar a retenção com a taxa de retenção de pessoa estrangeira de 30% ou à taxa de retenção de segurança de acordo com a seção 3406.

Estabelecimento de status para fins do capítulo 4.

Uma instituição financeira estrangeira (FFI) pode usar um formulário W-8BEN devidamente preenchido para estabelecer seu status de capítulo 4 como pessoa estrangeira. O formulário W-8BEN deve ser fornecido para a FFI quando solicitado. Seu não fornecimento pode resultar em retenção de 30% da renda paga ou creditada a você como titular recalcitrante de conta de fontes dentro dos Estados Unidos. Consulte a definição de valores sujeitos a retenção mais tarde.

Informações adicionais. Para obter informações e instruções adicionais sobre o agente de retenção, consulte as instruções para o solicitante dos formulários W-8BEN, W-8BEN-E, W-8ECI, W-8EXP e W-8IMY.

Quem deve fornecer o formulário W-8BEN

Você deve fornecer o formulário W-8BEN para o agente de retenção ou contribuinte se for um estrangeiro não residente que é o usufrutuário de um valor sujeito a retenção, ou se for um titular de conta de uma FFI documentando-se como estrangeiro não residente. Se for o único proprietário de uma entidade não qualificada, você é considerado o usufrutuário de renda recebida pela pessoa jurídica não qualificada. Envie o formulário W-8BEN quando solicitado pelo agente de retenção, contribuinte ou FFI, esteja ou não reivindicando uma tarifa reduzida ou isenta de retenção.

Você também deve fornecer o formulário W-8BEN a uma pessoa jurídica para quitação de pagamento (PSE) solicitando este formulário se for uma pessoa física estrangeira recebendo pagamentos sujeitos a declaração de acordo com a seção 6050W (transações de cartão de pagamento e de rede de terceiros) como um beneficiário participante. Entretanto, se os pagamentos forem renda que é efetivamente ligada à condução de um comércio ou negócio nos EUA, você deve, em seu lugar, fornecer o PSE com um formulário W-8ECI.

Não use o formulário W-8BEN se você estiver descrito abaixo:

- Você é uma pessoa física estrangeira documentando seu status de estrangeiro, documentando seu status do capítulo 4 ou reivindicando benefícios de tratado. Ao invés disso, use o formulário W-8BEN-E.
- Se você é um cidadão dos EUA (mesmo se você residir fora dos Estados Unidos) ou outra pessoa dos EUA (incluindo uma pessoa física estrangeira residente). Use, ao invés disso, o formulário W-9 para documentar seu

status como pessoa dos EUA.

- Você está agindo como intermediário estrangeiro (ou seja, agindo não em sua própria conta, mas em nome de outros como um agente, fiduciário ou curador). Em seu lugar, forneça o Formulário W-8IMY.

- Você é uma pessoa física estrangeira não residente que reivindica isenção de retenção em compensação por serviços pessoais dependentes ou independentes executados nos Estados Unidos. Forneça, ao invés disso, o formulário 8233 ou o formulário W-4.

- Você está recebendo receita que está efetivamente ligada à condução de um comércio ou negócio nos Estados Unidos, exceto se o mesmo for alocado a você através de uma sociedade. Em seu lugar, forneça o formulário W-8ECI. Se qualquer das rendas para a qual você forneceu um formulário W-8BEN se tornar efetivamente ligada, esta é uma mudança de circunstância e o formulário W-8BEN não é mais válido com relação a esta renda. Você deve usar o Formulário W-8ECI. Consulte *Mudança de circunstâncias*, adiante.

Dar o formulário W-8BEN para o agente de retenção.

Não envie o formulário W-8BEN para o IRS. Em seu lugar, entregue-o à pessoa que o está solicitando a você. Geralmente, será a pessoa de quem você recebe o pagamento, que credita sua conta ou uma sociedade que aloque receita a você. Uma FFI também pode solicitar este formulário de você para documentar sua conta como não sendo uma conta dos EUA. Forneça o formulário W-8BEN à pessoa que o solicita antes de o pagamento ser feito para você, creditado em sua conta ou alocado. Caso você não forneça este formulário, o agente de retenção poderá aplicar taxa de 30% (de acordo com capítulos 3 e 4), taxa de retenção de segurança ou a taxa aplicável de acordo com a seção 1446. Se receber mais do que um tipo de renda de um único agente de retenção para o qual você reivindica diferentes benefícios, o agente de retenção pode, neste ponto, exigir que você envie um formulário W-8BEN para cada tipo diferente de renda. Geralmente, um formulário W-8BEN separado deve ser fornecido a cada agente de retenção.

Observação. Se você é proprietário da renda ou conta em conjunto com uma ou mais outras pessoas, a renda ou conta será tratada pelo agente de retenção como de propriedade de uma pessoa estrangeira que é usufrutuário de um pagamento apenas se os formulários W-8BEN ou W-8BEN-E forem fornecidos por todos os proprietários. Se o agente de retenção ou instituição financeira recebe um formulário W-9 de quaisquer dos proprietários em conjunto, o pagamento deve ser tratado como feito a uma pessoa dos EUA e a conta tratada como uma conta dos EUA.

Mudança de circunstâncias. Se uma mudança de circunstância tornar qualquer informação do formulário W-8BEN que você enviou incorreta, você deve notificar o agente de retenção, contribuinte ou FFI com o qual você possui uma conta em até 30 dias a partir da mudança de circunstância e deve enviar um novo formulário W-8BEN ou outro formulário adequado.

Se você usa o formulário W-8BEN para certificar que é uma pessoa estrangeira, uma mudança de endereço para um endereço nos Estados Unidos é uma mudança de circunstância. Geralmente, uma mudança de endereço

dentro do mesmo país estrangeiro ou para outro país estrangeiro não é uma mudança de circunstância. Entretanto, se você usar o formulário W-8BEN para reivindicar benefícios de tratado, uma mudança para os Estados Unidos ou para fora do país no qual você está reivindicando benefícios de tratado é uma mudança de circunstância. Neste caso, você deve notificar o agente de retenção, contribuinte ou FFI em até 30 dias após a mudança.

Expiração do formulário W-8BEN. Geralmente, um formulário W-8BEN continuará em vigor para fins de estabelecer status de estrangeiro por um período começando na data em que o formulário é assinado e terminando no último dia do terceiro ano fiscal seguinte, exceto se uma mudança de circunstância tornar qualquer informação do formulário incorreta. Por exemplo, um formulário W-8BEN assinado em 30 de setembro de 2015 se mantém válido até 31 de dezembro de 2018

Entretanto, sob certas condições um formulário W-8BEN continuará em vigor indefinidamente até que uma mudança de circunstância ocorra. Para determinar o período de validade do formulário W-8BEN para fins do capítulo 4, consulte a seção de regulamentos 1.1471-3(c)(6)(ii). Para determinar o período de validade do formulário W-8BEN para efeito do capítulo 3, consulte a seção de regulamentos 1.1441-1(e)(4)(ii).

Se você se tornar um cidadão ou estrangeiro residente nos EUA após enviar o formulário W-8BEN, você não está mais sujeito à taxa de retenção de 30% de acordo com a seção 1441 ou à taxa de retenção em uma parte de sócio estrangeiro de renda ligada efetivamente de acordo com a seção 1446. Até o ponto em que você possui uma conta com uma FFI, sua conta pode estar sujeita a declaração pela FFI de acordo com o capítulo 4. Você deve notificar o agente de retenção, contribuinte ou FFI em até 30 dias após tornar-se um cidadão ou estrangeiro residente nos EUA. Pode ser exigido que você forneça um formulário W-9. Para obter mais informações, consulte o formulário W-9 e suas instruções.



Você pode ser um residente dos EUA para fins de tributação dependendo do número de dias em que você está fisicamente presente nos Estados Unidos em um período de 3 anos. Veja a pub. 519, disponível em [IRS.gov/Pub519](https://www.irs.gov/pub/519). Se cumprir com o teste de presença substancial, você deve notificar o agente de retenção, contribuinte ou instituição financeira com a qual tiver uma conta em até 30 dias e fornecer um formulário W-9.

Definições

Titular de conta. Um titular de conta é geralmente a pessoa relacionada ou identificada como titular ou proprietário de uma conta financeira. Por exemplo, se uma sociedade é listada como titular ou proprietária de uma conta financeira, a sociedade é a titular da conta, e não os sócios da sociedade (sujeitos a algumas exceções). Entretanto, uma conta cujo titular é uma pessoa jurídica desconsiderada de um único membro será tratada como de titularidade da pessoa proprietária da pessoa jurídica.

Valores sujeitos a retenção. Geralmente, um valor sujeito à retenção do capítulo 3 é um valor de fontes

dentro dos Estados Unidos que é uma receita fixa ou determinável anual ou periódica (FDAP). Receita FDAP é toda receita incluída na receita bruta, incluindo juros (e também OID), dividendos, aluguéis, royalties e compensação. A receita FDAP não inclui a maior parte dos ganhos da venda de propriedades (incluindo desconto de mercado e premiações de opção), além de outros itens específicos de receita descritos na seção 1.1441-2 de Regulamentos (como juros em depósitos bancários e OID de curto prazo).

Para fins da seção 1446, o valor sujeito à retenção é a parte do sócio estrangeiro da receita tributável ligada efetivamente à sociedade.

Geralmente, um valor sujeito à retenção do capítulo 4 é um valor de renda FDAP de fonte nos EUA que também é um pagamento passível de retenção conforme definido na seção de regulamentos 1.1473-1(a). As isenções de retenção citadas no capítulo 3 não são aplicáveis ao determinar se a retenção é aplicável sob o capítulo 4. Para isenções específicas aplicáveis à definição de um pagamento passível de retenção, consulte a seção de regulações 1.1473-1(a)(4) (isentando, por exemplo, certos pagamentos não financeiros).

Usufrutuário. Para pagamentos que não tenham reivindicações de redução ou isenção de retenção de acordo com quaisquer tratados de impostos, o usufrutuário da receita é geralmente a pessoa que deve, sob os princípios tributários dos EUA, incluir o pagamento em receita bruta em uma devolução de impostos. Uma pessoa não é um usufrutuário de receita, entretanto, até o ponto em que ela está recebendo a receita como fiduciário, agente ou curador, ou até o ponto em que a pessoa é uma ligação cuja participação em uma transação é desconsiderada. No caso de valores pagos que não constituem receita, o direito de usufruto é determinado como se o pagamento fosse receita.

Associações estrangeiras, fideicomissos simples estrangeiros e fideicomissos de outorgante não são os usufrutuários de receita paga para a sociedade ou fideicomisso. Os usufrutuários de receita paga a uma sociedade estrangeira são geralmente os sócios da mesma, desde que o sócio não seja ele mesmo uma sociedade, fideicomisso simples estrangeiro ou de outorgante, fiduciário ou outro agente. Os usufrutuários de receita paga a um fideicomisso simples estrangeiro (ou seja, um fideicomisso estrangeiro que esteja descrito na seção 651(a)) são geralmente os beneficiários do fideicomisso, se o beneficiário não for uma sociedade estrangeira, fideicomisso simples estrangeiro ou de outorgante, fiduciário ou outro agente. Os usufrutuários de um fideicomisso de outorgante estrangeiro (ou seja, um fideicomisso estrangeiro até o ponto em que toda ou uma porção de sua renda é tratada como de propriedade do outorgante ou outra pessoa de acordo com as seções 671 a 679) são as pessoas tratadas como proprietárias do fideicomisso. Os usufrutuários da receita paga a um fideicomisso estrangeiro (ou seja, um fideicomisso estrangeiro que não é um fideicomisso simples estrangeiro ou um fideicomisso outorgante estrangeiro) são o próprio fideicomisso.

Para fins da seção 1446, as mesmas regras de usufrutuário são aplicáveis, exceto que de acordo com a seção 1446 um fideicomisso simples estrangeiro, e não o beneficiário, fornece o Formulário para a sociedade.

O usufrutuário da receita paga por um patrimônio estrangeiro é o próprio patrimônio.

Observação. Um pagamento a uma sociedade dos EUA, fideicomisso nos EUA ou patrimônio dos EUA é tratado como um pagamento a um beneficiário dos EUA que não é sujeito a retenção de 30% de acordo com capítulos 3 ou 4. Uma sociedade, fideicomisso ou patrimônio nos EUA deve fornecer ao agente de retenção um Formulário W-9. Para fins da seção 1446, um fideicomisso outorgante ou pessoa jurídica desconsiderada dos EUA não deve fornecer ao agente de retenção um Formulário W-9 de seu próprio direito. Em seu lugar, o outorgante ou outro proprietário deve fornecer ao agente de retenção o Formulário adequado.

Capítulo 3. Capítulo 3 significa o capítulo 3 do código de receita interna (retenção de impostos de estrangeiros não domiciliados e corporações estrangeiras). O capítulo 3 contém as seções de 1441 a 1464.

Capítulo 4. Capítulo 4 significa o capítulo 4 do código de receita interna (impostos para aplicação da declaração de determinadas contas estrangeiras). O capítulo 4 contém as seções 1471 a 1474.

FFI considerada em conformidade. De acordo com a seção 1471(b)(2), certas FFIs são consideradas em conformidade com os regulamentos de acordo com o capítulo 4, sem a necessidade de entrar em um acordo de FFI com o IRS. Entretanto, algumas FFIs consideradas em estado de conformidade devem registrar-se com o IRS e obter um número de identificação de intermediário global (GIIN). Estas FFIs são chamadas de **FFIs registradas consideradas em conformidade**. Consulte a seção de regulamentos 1.1471-5(f).

Pessoa jurídica não qualificada. Uma pessoa jurídica de negócios que possui um único proprietário e não é uma corporação de acordo com a seção 301.7701-2(b) de regulamentos é considerada uma pessoa jurídica separada de seu proprietário. Uma pessoa jurídica não qualificada não envia este formulário W-8BEN para uma sociedade para fins da seção 1446 ou para uma FFI para fins do capítulo 4. Em seu lugar, o proprietário desta pessoa jurídica fornece a documentação adequada. Consultar seção de regulamentos 1.1446-1 e seção 1.1471-3(a)(3) (v), respectivamente.

Certas pessoas jurídicas que não são qualificadas para fins de tributação dos EUA podem ser reconhecidas para fins de reivindicar benefícios de tratado de acordo com tratado de imposto aplicável (consulte a definição de pessoa jurídica híbrida abaixo). Uma pessoa jurídica híbrida reivindicando benefícios de tratado deve preencher o formulário W-8BEN-E. Consulte o formulário W-8BEN-E e suas instruções.

Conta financeira. Uma conta financeira inclui:

- Uma conta de depósitos mantida por uma instituição financeira;
- Uma conta de custódia mantida por uma instituição financeira;

- Equidade ou juros de dívida (que não sejam juros regularmente comercializados em uma bolsa de valores mobiliários estabelecida) em pessoas jurídicas de investimento e certas empresas controladoras, centros de tesouro ou instituições financeiras conforme definido na seção 1.1471-5(e) de Regulamentos;
- Contratos de seguro com valor em dinheiro; e
- Contratos de anuidade.

Para fins do capítulo 4, exceções são fornecidas para contas como certas contas de poupança favorecidas por tributação; contratos de apólice a tempo, contas de titularidade de patrimônios, contas de caução e contratos de anuidade. Estas exceções estão sujeitas a certas condições. Consulte a seção 1.1471-5(b)(2) de Regulamentos. Contas também podem ser excluídas da definição de conta financeira de acordo com uma IGA aplicável.

Instituição financeira. Uma instituição financeira geralmente significa uma pessoa jurídica que é uma instituição de depósitos, de custódia, uma pessoa jurídica de investimento ou uma companhia seguradora (ou empresa controladora de uma companhia seguradora) que emite apólices de valor em dinheiro ou contratos de anuidade.

Instituição financeira estrangeira (FFI). Uma instituição financeira estrangeira (FFI) geralmente significa uma pessoa jurídica estrangeira que é uma instituição financeira.

Pessoa estrangeira. Uma pessoa estrangeira inclui uma pessoa física estrangeira não residente e certas pessoas jurídicas que não são pessoas dos EUA (pessoas jurídicas devem preencher o formulário W-8BEN-E e não este formulário W-8BEN).

Pessoa jurídica híbrida. Uma pessoa jurídica híbrida é qualquer pessoa (que não seja uma pessoa física) que é tratada como transparente do ponto de vista fiscal em termos de status de acordo com o código, mas não é tratada como transparente do ponto de vista fiscal por um país com o qual os Estados Unidos mantenham um tratado de imposto de renda. O status de "híbrido" é relevante para reivindicar benefícios de tratado.

Acordo intergovernamental (IGA). Um IGA significa um IGA de modelo 1 ou de modelo 2. Para obter uma lista de jurisdições tratadas como tendo em vigor um IGA de modelo 1 ou modelo 2, consulte <http://www.treasury.gov/resource-center/tax-policy/treaties/Pages/FATCA-Archive.aspx>.

Um **IGA de modelo 1** significa um acordo entre os Estados Unidos ou o ministério da fazenda e um governo estrangeiro ou uma ou mais agências para implantar FATCA através de declaração de FFIs para esse governo estrangeiro ou agência, seguido de troca automática das informações declaradas junto ao IRS. Uma FFI em uma jurisdição de IGA de modelo 1 que execute declaração de contas para o governo da jurisdição é chamada de **FFI regida pelo modelo 1**.

Um **IGA de modelo 2** significa um acordo ou arranjo entre os EUA ou o ministério da fazenda e um governo estrangeiro ou uma ou mais agências para implantar FATCA através de declaração de FFIs diretamente ao

IRS, de acordo com as exigências de um acordo de FFI, complementado pela troca de informações entre o governo estrangeiro ou agência e o IRS. Uma FFI em jurisdição de IGA de modelo 2 que tenha entrado em um acordo de FFI em termos de filial é uma FFI participante, mas que pode ser chamada de **FFI regida pelo modelo 2**.

Pessoa física estrangeira não residente. Qualquer pessoa física que não seja um cidadão ou estrangeiro residente nos Estados Unidos é uma pessoa física estrangeira não residente. Uma pessoa física estrangeira que cumpra com o "teste de green card" ou o "teste de presença substancial" para o ano fiscal é um estrangeiro residente. Qualquer pessoa que não cumpra um dos testes é uma pessoa física estrangeira não residente. Além disso, uma pessoa física estrangeira tratada como pessoa física estrangeira não residente de acordo com a seção de regulamentos 301.7701(b)-7 em termos de imposto de renda devido aos EUA ou uma pessoa física que seja residente legítima de Puerto Rico, Guam, Comunidade das Ilhas Marianas do Norte, as Ilhas Virgens Norte-Americanas, ou Samoa Americana, é uma pessoa física estrangeira não residente. Consulte a pub. 519 para obter mais informações sobre status de pessoa física estrangeira residente ou não residente.



Apesar de uma pessoa física estrangeira não residente casada com um cidadão dos EUA ou estrangeiro residente poder escolher ser tratada como estrangeiro residente para alguns fins (por exemplo, solicitar uma devolução de imposto de renda conjunto), tal pessoa física ainda é tratada como estrangeira não residente para fins de retenção de imposto do capítulo 3 em toda sua renda, exceto salário. Para fins do capítulo 4, uma pessoa física estrangeira não residente titular de uma conta conjunta com uma pessoa dos EUA será considerada titular de uma conta nos EUA para fins do capítulo 4.

FFI participante. Um FFI participante é um FFI que concorda em se ajustar aos termos de um acordo de FFI relativo a todas as filiais do FFI, exceto uma filial que seja do modelo 1 FFI ou uma filial dos EUA. O termo "FFI participante" também inclui uma FFI regida pelo modelo 2 e uma filial intermediária qualificada (QI) de uma instituição financeira dos EUA, exceto se tal filial for uma FFI regida pelo modelo 1.

Beneficiário participante. Um beneficiário participante é qualquer pessoa que aceite um cartão como forma de pagamento ou aceite pagamento de uma organização de quitação terceirizada para quitação de uma transação de rede de terceiros.

Pessoa jurídica de quitação de pagamento (PSE). Uma pessoa jurídica de quitação de pagamento (PSE) é uma pessoa jurídica que adquire comércios ou uma organização de quitação de terceiros. De acordo com a seção 6050W, uma PSE geralmente deve declarar pagamentos efetuados para quitação de transações de cartão de pagamento ou transações de rede de terceiros. Entretanto, uma PSE não deve declarar pagamentos feitos a um usufrutuário que é documentado como estrangeiro com um formulário W-8 aplicável.

Titular de conta recalcitrante. Um titular de conta

recalcitrante inclui um indivíduo que não cumpra as exigências de uma FFI de documentação e informações para determinar o status de residente nos EUA ou estrangeiro da conta da pessoa física, incluindo o preenchimento deste formulário W-8BEN, quando exigido.

Pessoa dos EUA. Uma pessoa dos EUA é definida na seção 7701(a) (30) e inclui uma pessoa física que seja cidadã ou residente dos Estados Unidos. Para efeito do capítulo 4, uma pessoa dos EUA é definida segundo a seção de Regulamentos 1.1471-1(b)(141).

Agente de retenção. Qualquer pessoa, dos EUA ou estrangeira, que possua controle, recibo, custódia, disposição ou pagamento de receita FDAP de fonte nos EUA sujeita a retenções dos capítulos 3 ou 4 é um agente de retenção. O agente de retenção pode ser uma pessoa física, corporação, sociedade, fideicomisso, associação ou qualquer outra pessoa jurídica, incluindo (mas não limitada a) qualquer intermediário estrangeiro, sociedade estrangeira e filiais nos EUA de certos bancos estrangeiros e companhias seguradoras.

Para fins da seção 1446, o agente de retenção é a sociedade que está conduzindo o comércio ou negócio nos Estados Unidos. Para uma sociedade de capital aberto, o agente de retenção pode ser a sociedade, um fiduciário titular de um interesse em nome de uma pessoa estrangeira ou ambos. Consulte as seções 1.1446-1 a 1.1446-6 de Regulamentos.

Instruções específicas

Parte I

Linha 1. Insira seu nome. Se você for uma pessoa física estrangeira que seja única proprietária de uma pessoa jurídica não qualificada que não esteja reivindicando benefícios como uma pessoa jurídica híbrida, com relação a pagamento, você deve preencher este formulário com seu nome e informações. Se a conta para a qual o pagamento é feito ou creditado estiver no nome da pessoa jurídica não qualificada, você deve informar o agente de retenção sobre este fato. Isso pode ser feito ao incluir o nome e número de conta da pessoa jurídica não qualificada na linha 7 (número de referência) do formulário. Entretanto, se a pessoa jurídica não qualificada estiver reivindicando benefícios de tratado como uma pessoa jurídica híbrida, ela deve preencher o formulário W-8BEN-E ao invés deste formulário W-8BEN.

Linha 2. Insira seu país de cidadania. Se você tiver cidadania dupla, insira o país no qual você é cidadão e residente no momento em que você preencher este formulário. Se não for um residente em qualquer país no qual você tenha cidadania, insira o país no qual você foi residente mais recentemente. Entretanto, se for um cidadão dos Estados Unidos, você não deve preencher este formulário ainda que tenha cidadania em outra jurisdição. Em seu lugar, forneça o formulário W-9.

Linha 3. Seu endereço de residência permanente é o endereço no país no qual você reivindica ser um residente para fins do imposto de renda deste país. Se estiver preenchendo o formulário W-8BEN para reivindicar uma tarifa reduzida de retenção de acordo com um tratado de

imposto de renda, você deve determinar sua residência na forma exigida pelo tratado. Não mostre o endereço de uma instituição financeira, caixa postal dos correios ou um endereço usado somente para fins de correspondência. Se não tiver uma residência para impostos em qualquer país, sua residência permanente é onde você reside normalmente.

Caso resida em um país que não usa endereços com ruas, você pode inserir um endereço descritivo na linha 3. O endereço deve indicar com precisão sua residência permanente na forma usada em sua jurisdição.

Linha 4. Insira seu endereço postal apenas se for diferente do endereço exibido na linha 3.

Linha 5. Se você possui um número de seguro social (SSN), insira-o aqui. Para solicitar um SSN, obtenha o formulário SS-5 em um escritório da administração de seguro social (SSA) ou online, [em www.ssa.gov/forms/ss-5.pdf](http://www.ssa.gov/forms/ss-5.pdf). Se estiver nos Estados Unidos, você pode contatar a SSA ligando para 1-800-772-1213. Preencha o formulário SS-5 e devolva-o à SSA.

Se não tiver um SSN e não for elegível para obter um, você pode obter um número de identificação de contribuinte individual (ITIN). Para solicitar um ITIN, envie o formulário W-7 para o IRS. Normalmente, leva de 4 a 6 semanas para obter um ITIN. Para solicitar certos benefícios de tratado, você deve preencher a linha 5 ao informar um SSN ou ITIN ou a linha 6, ao fornecer um número de identificação de contribuinte estrangeiro (TIN estrangeiro).



Um ITIN serve apenas para uso de contribuição. Ele não o intitula para benefícios de seguro social ou altera seu status de emprego ou imigração de acordo com a lei dos EUA.

Um sócio em uma sociedade que esteja conduzindo um comércio ou negócio nos Estados Unidos provavelmente receberá receita tributável efetivamente. O sócio deve solicitar uma devolução de imposto de renda federal dos EUA e deve possuir um número de identificação de contribuinte dos EUA (TIN).

Você deve fornecer um SSN ou TIN se estiver:

- Reivindicando uma isenção de retenção de acordo com a seção 871(f) para certas anuidades recebidas, de acordo com planos qualificados, ou
- Enviando o formulário para uma sociedade que conduz um comércio ou negócio nos Estados Unidos.

Se estiver reivindicando benefícios de tratado, geralmente você deve fornecer um ITIN se não fornecer um número de identificação de contribuinte emitido para você pela sua jurisdição de residência de impostos na linha 6. Entretanto, um ITIN não é exigido para reivindicar benefícios de tratado relativos a:

- Dividendos e juros de ações e obrigações de dívidas que são comercializadas ativamente;
- Dividendos de qualquer valor mobiliário resgatável emitidos por uma empresa de investimentos e registrados de acordo com a Lei de empresa de investimento de 1940 (fundo mútuo);
- Dividendos, juros ou royalties de unidades de usufruto em um fideicomisso de investimento de unidade que são (ou eram quando da emissão) oferecidos publicamente

e registrados com a SEC de acordo com a Lei de valores mobiliários de 1933; e

- Receita relacionada à empréstimos de qualquer dos valores mobiliários acima.

Linha 6. Caso esteja apresentando este formulário W-8BEN para se cadastrar como titular de conta financeira (conforme definido na seção 1.1471-5(b) dos Regulamentos) que esteja vinculada a um escritório nos EUA ou a uma instituição financeira (incluindo uma filial de FFI nos EUA) e receba renda de fonte dos EUA que possa ser declarada através do formulário 1042-S, associada a este formulário, você deverá apresentar o TIN emitido por sua jurisdição de residência de impostos identificada na linha 3 a menos que:

- Você não tenha recebido um TIN (ou caso a jurisdição não emita TINs), ou
- Você seja residente de uma propriedade nos EUA.

Caso esteja apresentando este formulário para registrar uma conta financeira descrita nos parágrafos acima mas não tenha um TIN a ser declarado na linha 6 e não seja residente de uma propriedade nos EUA, você deve apresentar ao agente de retenção uma explicação para não ter recebido um TIN. Neste caso, uma explicação é uma declaração de que você não tem obrigação legal de obter um TIN em sua jurisdição de residência de impostos. A explicação pode ser escrita na linha 6, nas margens do formulário ou em uma declaração em folha separada, anexada ao formulário. Caso escreva a explicação na linha 6, pode resumí-la como "não exigido legalmente". Não escreva "não se aplica".

Além disso, caso não esteja utilizando este formulário para registrar uma conta financeira descrita nos parágrafos anteriores, você pode apresentar o TIN emitido em sua jurisdição de residência de impostos na linha 6 para efeito de reivindicar benefícios de tratado (ao invés de apresentar um TIN dos EUA na linha 5, caso seja necessário).

Linha 7. Esta linha pode ser usada pelo preenchedor do formulário W-8BEN ou pelo agente de retenção a quem ele é fornecido para incluir qualquer informação de referência que seja útil para o agente de retenção executar suas obrigações. Por exemplo, agentes de retenção que devem associar o formulário W-8BEN a um formulário W-8IMY específico podem desejar usar a linha 7 para um número ou código de referência que esclarecerá a associação. Um usufrutuário pode usar a linha 7 para incluir o número da conta para a qual está fornecendo o formulário. Um usufrutuário solteiro estrangeiro de uma pessoa jurídica não qualificada pode usar a linha 7 para informar ao agente de retenção que a conta para a qual o pagamento é feito ou creditado está no nome da pessoa jurídica não qualificada (consulte as instruções para a linha 1).

Linha 8. Caso esteja apresentando este formulário W-8BEN para se registrar como titular de uma conta financeira junto a um escritório dos EUA ou uma instituição financeira como descrito acima na linha 6 (incluindo uma filial de um FFI nos EUA), forneça sua data de nascimento. Use o formato a seguir para inserir suas informações: MM-DD-AAAA. Por exemplo, se você nasceu em 15 de abril de 1956, você deve inserir 04-15-1956.

Parte II

Linha 9. Se estiver reivindicando benefícios de tratado como um residente de um país estrangeiro com o qual os Estados Unidos têm um tratado de imposto de renda para pagamentos sujeitos a retenção de acordo com o capítulo 3, identifique o país do qual você alega ser residente para fins de tratado de imposto de renda. Para fins de tratado, uma pessoa é residente de um país de tratado se a mesma for residente neste país de acordo com os termos do tratado. Uma lista de tratados de imposto dos EUA está disponível em <http://www.irs.gov/Individuals/International-Taxpayers/Tax-Treaties>.



Se tiver relações com o agente de retenção dentro do significado da seção 267(b) ou 707(b) e o valor agregado sujeito a retenção recebido durante o ano fiscal exceder \$500.000, você deverá enviar o formulário 8833, de divulgação de posição de retorno com base em tratado de acordo com a seção 6114 ou 7701(b), disponível em IRS.gov/Form8833. Consulte as instruções para o formulário 8833 para obter mais informações sobre o preenchimento.

Linha 10. A linha 10 deve ser usada apenas se você reivindicar benefícios de tratado que exigem que você cumpra as condições não cobertas pelas representações feitas na linha 9 e parte III. Por exemplo, pessoas reivindicando benefícios de tratado em royalties devem preencher esta linha se o tratado contiver diferentes taxas de retenção para diferentes tipos de royalties. Entretanto, esta linha deve sempre ser preenchida por estudantes estrangeiros e pesquisadores que reivindiquem benefícios de tratado. Consulte *bolsas de estudo e concessões de bolsa* mais tarde para obter mais informações.

Esta linha geralmente não é aplicável a benefícios de tratado de acordo com um artigo de juros ou dividendos (exceto dividendos sujeitos a uma taxa preferencial com base em propriedade) de um tratado.

Estrangeiro não residente que se torna estrangeiro residente. Geralmente, apenas uma pessoa física estrangeira não residente pode usar os termos de um tratado de imposto para reduzir ou eliminar impostos dos EUA em certos tipos de renda. Entretanto, a maioria dos tratados de imposto contém uma provisão conhecida como "cláusula de salvamento", que preserva, ou "salva" o direito de cada país a tributar seus próprios residentes como se não houvesse tratado de imposto. Exceções especificadas na cláusula de salvamento podem permitir que uma isenção de impostos continue para certos tipos de renda mesmo após o destinatário ter, por outro lado, se tornado um estrangeiro residente nos EUA para fins de imposto. A pessoa física deve usar o formulário W-9 para reivindicar o benefício de tratado de imposto. Consulte as instruções para o formulário W-9 para mais informações. Consulte também *Estudante ou pesquisador estrangeiro não residente que se torna um estrangeiro residente* mais tarde para ver um exemplo.

Bolsas de estudo e concessões de bolsa. Um estudante estrangeiro não residente (incluindo um estagiário ou aprendiz de negócios) ou pesquisador que recebe bolsa de estudos ou renda de bolsa não compensatória pode usar o formulário W-8BEN para

reivindicar benefícios de acordo com um tratado de imposto que pode ajudar a reduzir ou eliminar impostos dos EUA em tal renda. Não é necessário formulário W-8BEN exceto quando um benefício de tratado está sendo reivindicado. Um estudante ou pesquisador estrangeiro não residente que recebe bolsa de estudos ou renda de bolsa compensatória deve usar o formulário 8233 no lugar do formulário W-8BEN para reivindicar quaisquer benefícios de um tratado de imposto aplicável a esta renda. O estudante ou pesquisador deve usar o formulário W-4 para qualquer parte desta renda para a qual não esteja reivindicando uma isenção de retenção por tratado de imposto. Não use o formulário W-8BEN para bolsa de estudo ou renda de bolsa compensatória. Consulte *Compensação para Serviços Pessoais Dependentes* nas instruções do formulário 8233.



Se for uma pessoa física estrangeira não residente que recebeu bolsa de estudos ou renda de bolsa não compensatória e renda de serviços pessoais (incluindo bolsa de estudos ou renda de bolsa) do mesmo agente de retenção, você pode usar o formulário 8233 para reivindicar uma isenção de retenção de tratado de imposto para uma parcela ou a totalidade de ambos tipos de renda.

Preenchimento das linhas 3 e 9. A maioria dos tratados de imposto que contém um artigo isentando a renda de bolsas escolares ou concessões de bolsa exigem que o destinatário seja um residente do outro país do tratado no momento ou imediatamente antes da entrada nos Estados Unidos. Então, um estudante ou pesquisador pode reivindicar a isenção mesmo se não possuir mais um endereço permanente no outro país do tratado após entrar nos Estados Unidos. Se for este o caso, você pode fornecer um endereço nos EUA na linha 3 e ainda ser elegível para a isenção se todas as outras condições exigidas pelo tratado de imposto forem cumpridas. Você também pode identificar na linha 9 o país do tratado de imposto do qual você é residente no momento ou imediatamente antes da entrada nos Estados Unidos.

Preenchimento da linha 10. Você deve preencher a linha 10 se for um estudante ou pesquisador reivindicando uma isenção de tributação em sua renda de bolsa escolar ou concessão de bolsa não compensatória de acordo com um tratado de imposto.

Estudante estrangeiro não residente que se torna estrangeiro residente. Você deve usar o formulário W-9 para reivindicar isenção de uma cláusula de salvamento. Consulte sobre *estrangeiro não residente que se torna um estrangeiro residente*, primeiramente, para obter uma explicação geral sobre as cláusulas de salvamento e exceções às mesmas.

Exemplo. O artigo 20 do tratado de imposto EUA-China permite uma isenção de imposto para renda de bolsa escolar recebida por um estudante chinês temporariamente presente nos Estados Unidos. De acordo com a lei dos EUA, este estudante irá se tornar um estrangeiro residente para fins de imposto se sua estadia nos Estados Unidos exceder 5 anos fiscais. Entretanto, o parágrafo 2 do primeiro protocolo do tratado China-EUA (de 30 de abril de 1984) permite que as provisões

do artigo 20 continuam sendo aplicáveis mesmo após o estudante chinês tornar-se um estrangeiro residente nos Estados Unidos. Um estudante chinês que se qualifica para esta exceção (de acordo com o parágrafo 2 do primeiro protocolo) e depende desta exceção para reivindicar uma isenção de imposto em sua renda de bolsa de estudos ou concessão de deve preencher o formulário W-9.

Parte III

O formulário W-8BEN deve ser assinado e datado pelo usufrutuário do valor sujeito a retenção ou pelo titular da conta de uma FFI (ou um agente com autoridade legal para agir em nome da pessoa). Se o formulário W-8BEN for preenchido por um agente agindo de acordo com uma devida procuração para o usufrutuário ou titular da conta, o formulário deve ser acompanhado pela procuração em forma adequada ou uma cópia da mesma autorizando especificamente que o agente represente o principal ao preencher, executar e apresentar o formulário. O formulário 2848 pode ser usado para este propósito. O agente, assim como o usufrutuário ou titular da conta, podem ser responsabilizados pelas penalidades impostas para um formulário errôneo, falso ou fraudulento.

Um agente de retenção pode lhe conceder permissão para apresentar o formulário com uma assinatura eletrônica. A assinatura eletrônica deve indicar que o formulário foi eletronicamente assinado por pessoa autorizada (por exemplo, com carimbo de data e horário e declaração de que o formulário foi eletronicamente assinado). Digitar simplesmente seu nome na linha de assinatura não constitui assinatura eletrônica.



Se qualquer informação no formulário W-8BEN tornar-se incorreta, você deve enviar um novo formulário em até 30 dias exceto se não for mais titular de uma conta do solicitante que é uma FFI e você não receber um pagamento futuro com relação à conta.

Transações de despachante ou trocas por permuta.

A renda de transações com um despachante ou uma troca por permuta são sujeitas a regras de declaração e retenção de segurança exceto se o formulário W-8BEN ou um formulário substituto forem enviados para notificar o despachante ou troca por permuta que você é uma pessoa estrangeira isenta.

Se for uma pessoa estrangeira isenta durante um ano fiscal no qual:

- Você é uma pessoa física estrangeira não residente ou uma corporação, sociedade, estado ou fideicomisso estrangeiro;
- Você é uma pessoa física que não esteve e não pretende estar presente nos Estados Unidos por um total de 183 dias ou mais durante o ano fiscal, e
- Você não se envolve ou planeja se envolver, durante o ano, em um comércio ou negócio nos EUA que tenha efetivamente ligado ganhos de transações com um despachante ou troca por permuta.

Observação sobre a Lei de Redução de Burocracia.

Nós pedimos que as informações neste Formulário executem as leis de receita interna dos Estados Unidos. Você deve fornecer as informações. Nós precisamos delas para garantir que você cumpra estas leis e nos permita calcular e coletar o volume correto de impostos.

Você não deve fornecer as informações exigidas em um Formulário que está sujeito à Lei de redução da burocracia, exceto se o formulário exibir um número de controle da OMB válido. Livros ou registros relacionados a um Formulário ou suas instruções devem ser mantidos enquanto seus conteúdos puderem tornar-se materiais na administração de qualquer lei de receita interna. Geralmente, retornos de impostos e informações de retorno são confidenciais, conforme exigido pela seção 6103.

O tempo necessário para preencher e enviar este Formulário irá variar, dependendo de circunstâncias individuais. O tempo estimado de preenchimento deste relatório pelos contribuintes comerciais é aprovado pelo número de controle 1545-0123 do OMB. O tempo estimado de preenchimento deste formulário por todos os demais contribuintes é de: **Manutenção de registro**, 02h52m; **Aquisição de informações sobre as leis do formulário**, 02h05m; **Preparação do formulário**, 02h13m.

Se tiver comentários relativos à precisão destas estimativas de tempo ou sugestões para simplificar este Formulário, ficaríamos felizes em ouvi-lo. Para nos enviar comentários acesse [IRS.gov/FormComments](https://www.irs.gov/FormComments).

Ou escreva para Internal Revenue Service, Tax Forms and Publications, 1111 Constitution Ave. NW, IR-6526, Washington, DC 20224. Não o envie o formulário W-8BEN para este escritório. Em seu lugar, forneça-o a seu agente de retenção.